

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL
Fls. _____

fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEXTO - Da sanção aplicada caberá recurso, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No interesse da Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2006 E À PROPOSTA DE PREÇO DA CONTRATADA

Este contrato vincula-se, em todos os seus termos, às condições do Pregão Eletrônico nº 12/2006 e seus anexos, e à proposta de preço da Contratada, que passam a integrar-lo, independentemente de transcrição.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FATURAS

Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços através de seus servidores nomeados, podendo Ter livre acesso em qualquer horário aos locais de execução do serviço;

14.2. Exercer, através dos servidores nomeados para tal, a fiscalização dos

14.1. para isso;

15

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL Fls. _____ _____

serviços de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo

14.3. Realizar, através dos servidores nomeados para tal, a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATA, podendo efetivar avaliação

14.4. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de funcionários da CONTRATA que estiver(em) sem uniforme ou crachá, que não estiver(em) utilizando os equipamentos de segurança individuais (EPIS) ou coletivos que os serviços necessitem, que embarcar(em) ou dificultar(em) a sua fiscalização, ou cuja(s) permanência(s) na(s) área(s) julgar inconveniente, baseado nos dispositivos contratuais e legais;

14.5. Examinar as carteiras profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

14.6. Verificar, através dos comprovantes de recebimento de benefícios assinalados pelos profissionais disponibilizados por força do contrato, o cumprimento do subitem 7.32, da cláusula sétima deste contrato;

14.7. Verificar a existência da declaração descrita na cláusula quinta, letra "d", que comprova a opção da CONTRATA pelo SIMPLES, caso tenha optado, para que não incidam retenções indevidas;

14.8. Realizar outras verificações objetivando garantir os melhores resultados, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do CONTRATANTE, podendo exigir da CONTRATA a produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos envolvidos nos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma prevista no art. 61, Parágrafo Único, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado de Alagoas, para dirimir as questões originadas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

X

TRE-AL
Fls. _____



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

E por assim acordarem, as partes declararam aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas deste contrato, que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir:

Maceió, 06 de junho de 2006.

Pelo TRE/AL *[Assinatura]*
Desembargador José Fernando Lima Souza

Pela Empresa *[Assinatura]*
Ivoneite Portirio Barros

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2006
Processo nº 0622/2006

Contrato nº 17/2006

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CELEBRADO PELO TRE-AL COM A EMPRESA
ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA.



TRE-AL
Fis. _____

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**, Órgão do Poder Judiciário, em nome da União, situado na Praça Visconde de Sinimbu, s/n, Centro, Maceió/AL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.015.041/0001-38, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador José Fernando Lima Souza, brasileiro, casado, magistrado, portador da cédula de identidade RG nº 72.074 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 003.480.314-91, residente e domiciliado nesta cidade, e a **EMPRESA ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA.**, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 05, - Farol, Maceió/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.911.117/0001-41, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Ivonete Portirio Barros, portadora da C.I. nº 684.990 - SSP/AL, inscrita no CPF nº 445.597.124-68, residente e domiciliada no Condomínio Aldebaran-Alfa, Qd. "A", n.º 27 - Serraria, Maceió/AL, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com fulcro na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto nº 5.450/2005 e no Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2006, devendo ser observadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato será regido pelos mandamentos das Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93 e regulamentações.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aplicam-se, ainda, no que couber, os demais preceitos de direito público e, supletivamente, notadamente nos casos omissos, as disposições da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, os princípios da teoria geral dos contratos e as normas de direito privado, bem como a Resolução do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas nº 14.132, de 19/07/2005, disponível no site www.tre-al.gov.br, seguindo o caminho: informações gerais, Norma de Contratação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de mão-de-obra especializada para prestar serviços administrativos auxiliares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As especificações técnicas dos serviços e as condições de execução encontram-se descritas no **ANEXO I** e nos demais itens do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2006, que passa a fazer parte integrante do presente Termo, independente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços serão executados de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá fornecer mão-de-obra especializada, abaixo discriminada, com os respectivos quantitativos, para a realização de serviços administrativos auxiliares na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e no Fórum Eleitoral de Maceió.

PROFISSIONAL		QUANTIDADE
Artífice	01	01
Ascensorista	02 ¹	02 ¹
Copeira	02 ²	02 ²
Garçom	01	01
Motoqueiro	02 ³	02 ³
Motorista	05 ⁴	05 ⁴
Operador(a) de máquina fotocopiadora/encadernador	03 ⁵	03 ⁵

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para atender à demanda dos serviços, a CONTRATADA deverá dispor de profissionais alfabetizados, com experiência mínima de 2 (dois) anos nas funções designadas no item 3., comprovada mediante anotação na CTPS, excetuando-se os motoristas (item 3.6.), que deverão possuir primeiro grau escolar completo (ensino básico). Deverá, ainda a contratada, indicar preposto a quem o gestor do contrato se dirigirá para resolver as questões atinentes à execução dos serviços.

- 1 Um desses ascensoristas prestará seus serviços na forma descrita no subitem 5.9 do Anexo I do Edital
 - 2 Deverá ser disponibilizado 01 (um) profissional para fazer frente às necessidades correlatas no Fórum Eleitoral de Maceió.
 - 3 Deverá ser disponibilizado 01 (um) profissional para fazer frente às necessidades correlatas no Fórum Eleitoral de Maceió.
 - 4 Deverá ser disponibilizado 01 (um) profissional para fazer frente às necessidades correlatas no Fórum Eleitoral de Maceió.
 - 5 Deverá ser disponibilizado 01 (um) profissional para fazer frente às necessidades correlatas no Fórum Eleitoral de Maceió.
- E outro para fazer frente às necessidades da Comissão de Apoio aos Juizes Auxiliares até o dia 19.12.2006.

O pagamento será efetuado mensalmente, após atestados os serviços pelo Gestor do contrato, conjuntamente com seus Fiscais, através de depósito bancário na conta-corrente da CONTRATA, conforme se verificarem atendidas as condições descritas nos subitens 6.33, 6.34, 6.35 e 6.36 do Anexo I do Edital do Pregão nº 12/2006.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para fins de reajuste, será considerado o índice de variação de mão-de-obra das categorias profissionais envolvidas, incidentes sobre os componentes da planilha de custos apresentada para contratação, tanto para o montante "A" quanto para o montante "B".

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço ofertado será fixo e irrevogável, durante os primeiros 12 (doze) meses posteriores à data prevista para apresentação da proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços incluem todas as despesas necessárias à execução deste contrato, como: os tributos, custos dos insumos e o lucro.

O valor mensal do contrato para os serviços aqui especificados é de R\$ 13.329,13 (treze mil, trezentos e vinte e nove reais e nove centavos), perfazendo um total de R\$ 319.899,00 (trezentos e dezenove mil, oitocentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO QUARTO - A administração do CONTRATANTE poderá transferir as suas atividades para locais distintos dos indicados acima, dentro da circunscrição do município de Maceió, bastando apenas comunicar à CONTRATA tal ocorrência.

LOCAL	
Edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	Fórum Eleitoral de Maceió
Praça Visconde de Sinimbu, s/n, Centro.	Av. Com. Francisco Amorim Leão, nº 430, Farol.
ENDEREÇO	

locais:

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão executados nesta capital nos seguintes

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATA otimizar a gestão de seus recursos - quer humanos, quer materiais - com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do CONTRATANTE, praticando a produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos envolvidos nos mesmos.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL
Fis. _____

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



<p>TRE-AL</p> <p>Fls. _____</p>

- a) o CNPJ da empresa habilitada deverá ser o mesmo para efeito de emissão de notas fiscais;

- b) não será admitido pagamento antecipado;
- c) o TRE-AL, por ocasião do pagamento, fará as retenções tributárias determinadas pela legislação fiscal, inclusive em relação ao ISS;

- d) se a empresa for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa nº 480, de 15 de dezembro de 2004, da Secretaria de Receita Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor do contrato:

- a) a nota fiscal relativa aos serviços prestados para liquidação da despesa e cópias autenticadas da folha de pagamento, devidamente quitada, dos contra-cheques, recibos de entrega de valores-transporte e alimentação, juntamente com as guias de recolhimento do FGTS e INSS, e demais comprovantes de pagamento de benefícios e encargos, quando não couber retenção por parte do CONTRATANTE, igualmente quitados, até o penúltimo dia de cada mês;

- b) mensalmente, quando couber, cópia autenticada dos documentos relativos às despesas referentes aos itens 03, 04 e 06 do Montante B da planilha de formação de preços e custos, para avaliação da aplicação do disposto no art. 10, Parágrafo Único, da Resolução TSE nº 19.820, de 11 de março de 1997.
- c) a cada 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do termo contratual, cópia autenticada dos documentos relativos às despesas referentes aos itens do Grupo B e C do Montante A, aos itens 01, 05, 07 e 08 do Montante B e ao subitem 01 do item IV do Montante B (Despesas Administrativas e Operacionais), da planilha de formação de preços e custos, para avaliação da aplicação do disposto no art. 10, Parágrafo Único, da Resolução TSE nº 19.820, de 11 de março de 1997.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O gestor do contrato, no prazo de dois dias úteis, irá avaliar os documentos mencionados no subitem anterior e, se estiverem corretos, atestar a nota fiscal apresentada e remeter a ela para pagamento. Caso haja alguma incorreção ou irregularidade nos documentos, o gestor do contrato determinará que a empresa contratada sane as deficiências.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será efetuado, mediante ordem bancária creditada na conta-corrente da empresa contratada, obedecidas as condições dispostas nesta cláusula.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL

Fis.

PARÁGRAFO QUARTO - A Coordenadoria de Orçamento e Finanças deverá descontar do pagamento os valores de penalidades aplicadas à Contratada.

PARÁGRAFO QUINTO - A nota fiscal deverá conter os dados concernentes ao domicílio bancário da contratada: banco, agência e conta-corrente.

PARÁGRAFO SEXTO - O CONTRATANTE, por ocasião do pagamento, fará as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária, quais sejam, em alíquotas atuais:

- IRRF: 04,80% (quatro virgula oitenta por cento);
- CSLL: 01,00% (um por cento);
- COFINS: 03,00 (três por cento);
- PIS/PASEP: 0,65 (zero virgula sessenta e cinco por cento);
- Contribuições previdenciárias: 11,00% (onze por cento);
- ISS: 05,00% (cinco por cento).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo atraso no pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data do primeiro dia útil do atraso, até a data do efetivo pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para tanto, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)^{365}}{(6/100)} - 365$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual de Taxa Anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, consignados no Programa de Trabalho - Gestão do Processo Eleitoral; PTRES nº 000248 (Gestão e Administração do Programa - Custo e Investimento) e Natureza da Despesa nº 339037 (Locação de Mão-de-Obra).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL

Fls. _____

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas referentes ao próximo ano e prováveis prorrogações contratuais serão comportadas pelos recursos orçamentários aprovados para os respectivos exercícios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Além de fornecer a mão-de-obra especializada descrita na cláusula terceira, a contratada se obriga a:

- 7.1. Iniciar imediatamente após a assinatura do contrato os serviços objeto desta avença, de acordo com as jornadas e os horários estabelecidos no item 5 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2006, nos locais descritos no item 6;
- 7.2. Executar o contrato em estrita conformidade com as disposições e especificações do Anexo I (Termo de Referência) e da proposta de preços apresentada, adotando-se esta como complementar, desde que em benefício do CONTRATANTE, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados e sua execução, nos termos do instrumento da avença e da legislação vigente;
- 7.3. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, utilizando, da mesma forma, equipamentos, materiais e produtos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas;
- 7.4. Observar a conduta adequada na utilização de materiais, produtos, equipamentos e bens, devendo a mão-de-obra disponibilizada usar Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, quando necessários, cedidos pela CONTRATADA, e sob sua responsabilidade;
- 7.5. Designar, informando por escrito, preposto-representante da contratada que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências, e com os quais seja possível manter contatos e obter/prestar informações necessárias referentes a execução do contrato junto à CONTRATADA, incluindo-o quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho. Este encarregado terá a obrigação de se reportar ao Gestor do contrato, ou Fiscais dos serviços, do CONTRATANTE, bem como de tomar providências pertinentes, zelando pela regularidade, produtividade e boa técnica dos serviços contratados;
- 7.6. Instruir a mão-de-obra disponibilizada por força do contrato quanto aos serviços especificados na cláusula terceira deste Contrato (Da Descrição dos Serviços) e quanto às necessidades de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas sob responsabilidade do CONTRATANTE, bem como naquilo que seja concernente aos postos de desempenhados pelos mesmos, tal e qual às obrigações constantes deste item;
- 7.7. Manter disponibilidade em seu quadro de pessoal de contingente suficiente para

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL

Fis. _____

garantir a continuidade dos serviços nos regimes contratados (quantitativo de mão-de-obra, jornada semanal de trabalho, horários etc.), obedecendo às disposições da legislação trabalhista vigente, bem como para atender eventuais acréscimos, em conformidade com a lei, solicitados pela Administração do CONTRATANTE, disponibilizando profissionais de reserva para suprir a falta dos titulares, independentemente do motivo da ausência, tal e qual para a substituição da mão-de-obra que cometer falta disciplinar, sendo proibida a transferência de qualquer responsabilidade ao CONTRATANTE;

7.8. Fornecer à FISCALIZAÇÃO (Gestor ou Fiscal do contrato) relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, apresentando cópias autenticadas do documento de identidade, carteira profissional, escolaridade e habilitação para condução de veículos em até 24 (horas) após a assinatura do contrato, informando ainda endereços e telefones para contatos no prazo de 03 (três) dias úteis após o início da vigência, bem como informar, durante toda esta, qualquer alteração que venha ocorrer na referida relação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Em caso de alterações, os empregados da CONTRATADA só serão autorizados a prestar serviços nas dependências do CONTRATANTE após as devidas apresentações e informações, ficando esta responsável por qualquer prejuízo ao CONTRATANTE em razão de solução de continuidade;

7.9. Comunicar à FISCALIZAÇÃO (Gestor ou Fiscal do contrato) toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços objeto da avença. A CONTRATADA deverá comunicar os casos de substituição previamente, e por escrito, na forma do item anterior, para que haja a devida autorização de acesso às dependências dos imóveis sob responsabilidade do CONTRATANTE, bem como nas dos locais que este indicar;

7.10. Assegurar que toda a mão-de-obra envolvida nos serviços contratados esteja usando uniforme/traje, de acordo com as respectivas atividades a serem desenvolvidas, portando crachá de identificação pessoal e funcional com foto recente e provida, quando necessário, dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;

7.11. Fornecer uniformes/trajes tecnicamente apropriados e seguros em relação aos serviços a serem desempenhados, adequados ao clima da região e locais de trabalho, e de boa qualidade, nas quantidades mínimas abaixo descritas, sendo adotado padrão único, cujo modelo será submetido à aprovação do CONTRATANTE, os quais serão entregues aos seus funcionários, para fazer frente aos serviços objeto deste Contrato, da seguinte maneira:

7.11.1. artífice: a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas de mangas curtas, 02 (duas) calças, e 01 (um) par de botas;

7.11.2. ascensorista: a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas do tipo social, de mangas curtas, 02 (duas) calças do tipo social, na cor preta ou azul-marinho, e 01 (um) par de sapatos sociais na cor preta;

7.11.3. copeira: a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas/blusas do tipo social,

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL

Fls.

de mangas curtas, 02 (duas) calças do tipo social, na cor preta ou azul-marinho, 02 (duas) toucas de tecido de renda, e 01 (um) par de sapatos sociais na cor preta;

7.11.4. garçom: a cada 06 (seis) meses, 02 (dois) ternos na cor preta, 02 (duas) camisas brancas do tipo social, de mangas longas, e 01 (um) par de sapatos do tipo social; e 02 (duas) gravatas do tipo borboleta por ano;

7.11.5. motoqueiro: a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas do tipo social, de mangas curtas, 02 (duas) calças do tipo social, na cor preta ou azul-marinho, e 02 (dois) pares de sapatos do tipo social; anualmente, 01 (um) traje completo impermeável (capas, jaquetas, calças, botas etc.) para as ocasiões de chuvas;

7.11.6. motorista: a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas do tipo social, de mangas curtas, 02 (duas) calças do tipo social, na cor preta ou azul-marinho, 02 (dois) pares de sapatos do tipo social na cor preta, e 01 (um) traje do tipo passeio completo (terno e gravata), na cor azul-marinho, para o acompanhamento de autoridades;

7.11.7. operador(a) de máquina copiadora/encadernador(a): a cada 06 (seis) meses, 02 (duas) camisas/biusas do tipo social, de mangas curtas, 02 (duas) calças do tipo social, na cor preta ou azul-marinho, e 02 (dois) pares de sapatos do tipo social na cor preta;

7.12. Os uniformes/equipamentos/material de trabalho, e seus complementos, fornecidos à mão-de-obra envolvida, deverão estar de acordo com o clima da região, a legislação pertinente e o disposto nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas;

7.13. Os uniformes/trajes danificados em razão da execução dos trabalhos deverão ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas sem prejuízo das quantidades dispostas no item 1.12.;

7.14. Fornecer materiais, produtos e equipamentos de trabalho, principalmente de segurança, coletivos e individuais, tais quais Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, quando necessários, de acordo com a legislação e normas técnicas, inclusive capacetes de motociclista para os condutores das motos, adequados e necessários à consecução dos serviços constantes deste Contrato, responsabilizando-se pelo quantitativo e qualitativo dos materiais, produtos, acessórios e equipamentos empregados;

7.15. Manter todos os equipamentos, materiais, produtos, acessórios e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, de acordo com a legislação e normas técnicas pertinentes, principalmente de segurança, coletivos e individuais, devendo os defeituosos/danificados não serem mais utilizados desde a constatação do defeito/dano, sendo a CONTRATAÇÃO obrigada a substituí-los em até 24 (vinte e quatro) horas. Equipamentos elétricos, cedidos ou fornecidos pela CONTRATAÇÃO para a realização dos objetos deste Contrato, devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar acidentes e danos nas redes elétrica e hidráulica;

7.16. Zelar para que os veículos disponibilizados pelo CONTRANTE para a execução dos serviços mantenham-se em perfeitas condições de conservação e uso;

7.17. Responsabilizar-se pela integridade dos veículos, bens e equipamentos cedidos pelo CONTRANTE, bem como por eventuais multas de trânsito que vierem a ocorrer, seja por dolo ou culpa dos condutores disponibilizados por força do contrato;

7.18. Assumir o pagamento de consertos relativos a danos, quebras e avarias ocorridos quando da utilização de veículos, bens e equipamentos do CONTRANTE por seus funcionários. A CONTRATADA isentar-se-á de tais responsabilidades se suas justificativas, que deverão ser feitas por escrito e dirigidas à Administração do CONTRANTE em até 48 (quarenta e oito) horas, encaminhadas em conjunto com relatório circunstanciado elaborado pela pertinente Unidade Administrativa responsável pela utilização do bem, forem aceitas;

7.19. Identificar todos os equipamentos, materiais, produtos, ferramental, acessórios e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRANTE;

7.20. Assegurar que toda mão-de-obra disponibilizada por força do contrato que cometer falta disciplinar não será mantida no local ou em quaisquer outras instalações do CONTRANTE;

7.21. Efetuar a reposição de imediato dos funcionários disponibilizados por força do contrato em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

7.22. Atender de imediato às solicitações do CONTRANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

7.23. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados nos locais onde desenvolvem os serviços objeto deste Contrato;

7.24. Realizar semanalmente, visando à qualidade da prestação dos serviços, em conjunto com o Gestor do contrato, e/ou seus Fiscais, o acompanhamento técnico das pertinentes atividades;

7.25. Fazer com que seus funcionários, colocados à disposição do CONTRANTE por força da avença, cumpram as normas estabelecidas neste contrato, oriundas do Termo de Referência, seus anexos, e complementações oficiais, correlatas com o objeto do contrato, advindas da Administração do CONTRANTE, bem como as acordadas em Termos Aditivos, aquelas constantes da legislação trabalhista em vigor, e principalmente as vigentes relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

7.26. Assumir todas as responsabilidades sobre acidentes ocorridos com seus funcionários, colocados à disposição do CONTRANTE por força da avença, durante a execução dos serviços constantes deste Contrato;

7.27. Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL

Fls. _____

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL
Fls. _____

- 7.28. Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes das normas que estabelecem encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, não transferindo, em hipótese alguma, a responsabilidade pelos respectivos pagamentos à Administração do CONTRATANTE;
- 7.29. Fornecer obrigatoriamente refeição e transporte, nas formas estabelecidas nas Convenções Coletivas das Categorias envolvidas e na legislação pertinente, aos funcionários que desempenham os serviços contratados;
- 7.30. ☒ Providenciar, em caso de greve no sistema de transporte coletivo da cidade, a condução de seus empregados aos locais de execução dos serviços objeto do contrato;
- 7.31. Responsabilizar-se por indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, por seus empregados, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução dos serviços contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização/acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 7.32. Manter durante a execução do contrato todas as condições que culminaram em sua habilitação, principalmente a regularidade fiscal e previdenciária, condições de idoneidade exigidas na licitação e outras previstas na legislação vigente e na aplicável à natureza dos serviços objeto do instrumento contratual;
- 7.33. Fornecer ao Gestor ou Fiscais do contrato, a qualquer tempo, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, atendendo as suas solicitações no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis;
- 7.34. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as normas de segurança e medicina do trabalho, relacionados com o contrato em si e os serviços constantes deste;
- 7.35. Sujeitar-se a obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público, principalmente no caso de silêncio do instrumento contratual;
- 7.36. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e de medicina do trabalho aplicáveis aos serviços objeto deste Contrato;
- 7.37. Acatar a outras determinações previstas na legislação aplicável à natureza do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere para a Administração do **Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste **Contrato**, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o **Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É expressamente proibida a contratação de servidor

Fis. _____
TRE-AL



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

pertencente ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas durante a execução dos serviços objeto deste Contrato;

PARÁGRAFO TERCEIRO - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

PARÁGRAFO QUARTO - É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial dos serviços objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - É vedado à **CONTRADA**, sob pena de rescisão contratual, caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRE/AL.

PARÁGRAFO SEXTO - É expressamente proibida, a partir da assinatura do contrato, a contratação de empregados ou prestadores de serviço que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça, com a nova redação dada pelo art. 1º da Resolução 09/2005-CNJ.

CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas obriga-se a:

- 8.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, através do Gestor e/ou Fiscais nomeados e designados para tanto, os quais deverão anotar em registros próprios, ou informar nos autos do correspondente Processo Administrativo, as falhas detectadas, comunicando à **CONTRADA** as ocorrências de quaisquer fatos, que, baseado nos dispositivos contratuais e legais, exijam medidas corretivas;
- 8.2. Nomear formalmente como Gestor, para realizar o acompanhamento da execução contratual, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, o Coordenador de Serviços Gerais e Comunicações - COSEG;
- 8.3. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços do artífice, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, servidor lotado na Seção de Administração de Prédios e Veículos - SAPEV;
- 8.4. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços do ascensorista, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, servidor lotado na Seção de Administração de Prédios e Veículos - SAPEV;

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL

Fis.

- 8.5. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços das copéiras, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, servidor lotado na Seção de Administração de Prédios e Veículos – SAPEV;
- 8.6. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços do garçom, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, servidor lotado na Seção de Administração de Prédios e Veículos – SAPEV;
- 8.7. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços dos motoristas, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, servidor lotado no Setor de Transportes – SETRAN;
- 8.8. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços dos motoqueiros, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, servidor lotado na Seção de Comunicações – SECOM;
- 8.9. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços dos operadores de máquinas copiadoras/encadernadores, no limite de suas atribuições e capacidade técnica, servidor lotado na Seção de Comunicações – SECOM;
- 8.10. Nomear formalmente como Fiscal, para realizar a devida fiscalização da execução contratual referente aos serviços do(a) operador(a) de máquinas copiadoras/encadernador(a), motoqueiro e copeira(o), relacionados neste Termo de Referência para desempenhar suas atividades no Fórum Eleitoral de Maceió, servidor responsável pela administração daquela Unidade, no limite de suas atribuições e capacidade técnica;
- 8.11. Efetuar periodicamente, caso seja necessária, programação, adstrita ao objeto contratual, dos serviços a serem executados pela CONTRATA;
 - 8.12. Proceder ao pagamento dos serviços contratados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente ao de competência, quando prestados estes de acordo com as cláusulas contratuais;
 - 8.14. Promover a avaliação das rubricas constantes da planilha de formação de preços da CONTRATA;
 - 8.15. Verificar a manutenção das condições de habilitação, informando aos Órgãos competentes da Administração Pública direta e indireta quando da situação de irregularidade;
 - 8.16. Conferir a realização ou apropriação da documentação exigida no parágrafo primeiro da cláusula quinta, realizando as devidas glosas, quando necessárias, não justificadas, ou com justificativas consideradas insuficientes à elisão do referido procedimento pela Administração do CONTRATANTE;
 - 8.17. Encaminhar para pagamento, através do Gestor do contrato, as faturas/notas fiscais de serviços aprovadas/atestadas, relativas à prestação dos serviços contratados.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL

Fls. _____

CLAUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir 06 de junho de 2006, (ou de sua assinatura, se esta ocorrer depois), tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, conforme legislação vigente, em até 60 (sessenta) meses.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do **Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **Contratada** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste **Contrato** desde que haja conveniência para a Administração do **Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**; ou

c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente em virtude dos motivos estabelecidos no art. 78 da Lei nº 8.666/93, compatíveis com o seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter os créditos que aquela tem direito, inclusive aqueles decorrentes da relação trabalhista da contratada com seus empregados, até o limite do valor dos danos comprovados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



TRE-AL
Fls. _____

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Contratada estará sujeita às penalidades estabelecidas na legislação que disciplina as licitações e contratações públicas (Lei nº 8.666/93 e alterações), nos seguintes termos:

- a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao dia, até o limite de 5% (cinco por cento), em razão de atraso no cumprimento do objeto ou na sanção de irregularidade, calculado sobre o valor atualizado do contrato;
- c) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor integral do contrato, em razão de recusa em assiná-lo ou de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) expedição de declaração de inidoneidade em nome da CONTRATADA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei Nacional nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – as sanções previstas nos itens "d" e "e" poderão, conforme o caso, ser impostas cumulativamente com as de multa;

PARÁGRAFO SEGUNDO – a Administração, para a imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas da contratada, assegurando-lhe ampla defesa;

PARÁGRAFO TERCEIRO - As penalidades serão aplicadas na forma da legislação específica e de acordo com as normas regulamentares da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, assegurando-se à Contratada, em qualquer hipótese, os benefícios da ampla defesa e do contraditório.

PARÁGRAFO QUARTO - As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - A licitante que, convocada dentro do prazo de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer